

EXPANSÃO DA CULTURA DA SOJA NO MARANHÃO: ECONOMIA, TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIA¹

Fernanda Cunha de Carvalho²
José Renato Ribeiro³
Adma Viana Santos⁴

RESUMO

As atividades econômicas desenvolvidas no contexto brasileiro diante da manutenção de sua posição na divisão internacional do trabalho, são reforçadas pela salvaguarda das elites e dos seus espaços de dominação e pelo Estado que acaba por revelar uma lógica concentradora e desigual, configurada por um aumento de disparidades regionais e territoriais. Do ponto de vista do setor produtivo agrário, há uma tendência de permuta da agricultura familiar por modelos de agronegócio, provocando uma homogeneização dos territórios dada a substituição da diversidade produtiva por monoculturas. É nesse contexto que ecoa a proposta de regionalização envolvendo alguns estados do Brasil, o MATOPIBA (ou MAPATOBIPA). Olhando por um prisma que vai além da geração econômica do PIB, os efeitos sobre o quadro natural da implantação desses projetos ocasionaram e continuam ocasionando impactos ambientais e sociais que afetam o cotidiano e desarticulam a subsistência de moradores locais tradicionalmente estabelecidos. Assim, o objetivo central deste trabalho é analisar a configuração do projeto expansionista do MAPATOPIBA, com recorte no Maranhão, desvendando os fundamentos da ocupação produtiva, bem como investigando os conflitos que emergem das distintas lógicas de ocupação territorial. A metodologia terá o auxílio de materiais bibliográficos, análises quantitativas e qualitativas. É possível afirmar que as “novas plantations” são vinculadas a uma economia agrário-exportadora mas demandam alterações dos locais destinados à produção, vinculando esses espaços às instabilidades que marcam este circuito de mercado, gerando conflitos pelas diferentes lógicas de apropriação dos territórios.

Palavras-chave: MAPATOPIBA, Conflitos territoriais, Grandes projetos, Comunidades.

ABSTRACT

The economic activities developed in the Brazilian context in the face of the maintenance of its position in the international division of labor are reinforced by the safeguarding of the elites and their spaces of domination and by the State that ends up revealing a concentrating and unequal logic, configured by an increase in regional and territorial disparities. From the point of view of the agrarian productive sector, there is a tendency to exchange family agriculture for agribusiness models, causing a homogenization of territories given the replacement of productive diversity by monocultures. It is in this context that echoes the proposal of regionalization involving some states of Brazil, the MATOPIBA (or MAPATOBIPA). Looking through a prism that goes beyond the economic generation of GDP, the

¹ As discussões aqui apresentadas têm origem em um projeto de pesquisa em andamento denominado “As “cidades do agronegócio” e o desenvolvimento: a regionalização do MAPATOPIBA na (re)configuração dos territórios”, vinculada ao curso de Licenciatura em Ciências Humanas (UFMA/Pinheiro) e desenvolvida em rede com pesquisadores de outras Instituições. Além dos autores deste artigo, agradecemos o desenvolvimento desta pesquisa a toda equipe, ressaltando a participação direta de: Ricardo Nagliati Toppan, Matheus Costa Rodrigues, Mariele de Jesus Martins Carvalho, Wallisson Marcelo Sousa Pereira e Maciel Maique Farias Moraes.

² Fernanda Cunha de Carvalho – Doutora em Geografia pela UNESP/Rio Claro e Prof.^aUFMA/Pinheiro, fc.carvalho@ufma.br.

³ José Renato Ribeiro – Doutorando em Geografia pela UNESP/Rio Claro, joserenatorbr@gmail.com.

⁴ Adma Viana Santos – Doutora em Geografia pela UNESP/Rio Claro, adelu.2010@gmail.com.

effects on the natural framework of the implementation of these projects have caused and continue to cause environmental and social impacts that affect daily life and disarticulate the subsistence of traditionally established local residents. Thus, the central objective of this work is to analyze the configuration of the expansionist project of MAPATOPIBA, with a focus on Maranhão, unveiling the foundations of productive occupation, as well as investigating the conflicts that emerge from the different logics of territorial occupation. The methodology will have the help of bibliographic materials, quantitative and qualitative analyses. It is possible to affirm that the "new plantations" are linked to an agrarian-exporting economy but demand changes in the places destined to production, linking these spaces to the instabilities that mark this market circuit, generating conflicts by the different logics of appropriation of the territories.

Keywords: MAPATOPIBA, Territorial conflicts, Major projects, Communities.

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte do pressuposto que as atividades econômicas desenvolvidas no contexto brasileiro, diante da manutenção de sua posição na divisão internacional do trabalho, são reforçadas pela salvaguarda das elites e dos seus espaços de dominação e pelo Estado que, em nome de uma proposta de desenvolvimento, acaba por revelar uma lógica concentradora e desigual, configurada por um aumento de disparidades regionais e territoriais.

Do ponto de vista do setor produtivo agrário há uma tendência de permuta da agricultura familiar por modelos do agronegócio, provocando uma homogeneização dos territórios dada a substituição da diversidade produtiva por monoculturas. Tendo por base a demanda do mercado externo, o Brasil tem buscado expandir-se para territórios outrora conhecidos como a última fronteira agrícola do Brasil, representados por áreas com a predominância do bioma de cerrados, nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. “A delimitação da última fronteira agrícola já soava nos cerrados do Norte e Nordeste do Brasil. Entre tantos nomes, como: MAPITO, BAMAPITO, MAPITOBA, e por fim foi consolidada como MATOPIBA” (LIMA GONZAGA, 2020, p. 42).

É nesse contexto que é significativo falar do Maranhão enquanto recorte de pesquisa, que possui grande parte do seu território na denominada Amazônia Legal e uma localização privilegiada para o escoamento de exportações de bens primários, fazendo considerar que o elemento locacional ainda assume significativa importância para as estratégias logísticas mercantis brasileiras e isso faz do estado foco de projetos para o fortalecimento do mercado de *commodities*.

Contudo, olhando por um prisma que vai além da geração econômica do Produto Interno Bruto (PIB), os efeitos sobre o quadro social e natural da implantação desses projetos ocasionaram e continuam ocasionando impactos que podem ser vistos como negativos e que

afetam cotidianos e desarticulam a subsistência de moradores locais tradicionalmente estabelecidos. O objetivo geral deste trabalho é analisar a configuração do projeto expansionista do MAPATOPIBA, com recorte no Maranhão, desvendando os fundamentos da ocupação produtiva, bem como investigando os conflitos que emergem das distintas lógicas de ocupação territorial. A metodologia teve o auxílio de materiais bibliográficos, análises quantitativas e qualitativas, como descrito a seguir.

É possível afirmar que as “novas plantations”, são vinculadas a uma economia agrário-exportadora mas demandam alterações dos locais destinados à produção, fazendo com que esses espaços estejam vinculados às instabilidades que marcam este circuito de mercado, gerando conflitos pelas diferentes lógicas de apropriação dos territórios.

Assim, considerando que há uma série de discursos com fundo desenvolvimentista para a implantação das atividades do agronegócio, apesar de estudos recorrentes, permanecem alguns questionamentos diante da temática apontada, envolvendo os indicadores socioeconômicos desse projeto de regionalização para buscar desvendar se o MAPATOPIBA pode ser considerado um projeto de desenvolvimento. Tal perspectiva torna-se relevante para reforçar a compreensão sobre esse projeto e suas consequências territoriais, elementos essenciais para a formulação e aplicação de políticas públicas, sobretudo às vinculadas ao desenvolvimento territorial.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa tem-se como ponto de partida o uso de referenciais bibliográficos, tais como: ALMEIDA, J. G.; SODRÉ, R. B.; MATTOS JUNIOR, J. S., 2019; CABRAL, 2022; ELIAS, 2017; FAVARETO, A.; NAKAGAWA, L.; KLEEB, S.; SEIFER, P.; PÓ, M., 2019; LIMA GONZAGA, 2020; PORTO-GONÇALVES, 2006; REIS, 2021, dentre outros autores.

O recorte geográfico é o Maranhão, inserido no projeto do MAPATOPIBA, e o recorte histórico para dados quantitativos será de 2002 a 2022 (contabilizando um intervalo de 4 anos, ou seja, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2021 (este último ano será aqui considerado dada a indisponibilidade de dados para o ano de 2022)). Levando em conta o elevado quantitativo de municípios que compõem a região, a presente pesquisa se propõe a analisar os municípios com maiores produções agrícolas (de soja) deste estado. Para este trabalho, a realização de pesquisas quantitativas e a criação de banco de dados secundários e respectivo tratamento foram coletados

na **Relação** Anual de Informações Sociais (RAIS) da Secretaria Especial do Ministério do Trabalho e Emprego e no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

Qualitativamente, foram recuperadas notícias jornalísticas com possíveis relatos de moradores de áreas afetadas e materiais já produzidos sobre a existência de conflitos envolvendo a produção e transporte da soja e as comunidades no estado do Maranhão.

APONTAMENTOS SOBRE O MATOPIBA ENQUANTO UMA REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO

Na configuração desse agronegócio globalizado (ELIAS, 2017), estão a formação de complexos industriais e a produção em larga escala, com forte entrada de grandes corporações e injeção de capital estrangeiro, que recebem o apoio e difusão da mídia. “Neste sentido, os projetos do agronegócio com seu lema “Agro: a indústria riqueza do Brasil” se sustentam em narrativas ilusórias, uma vez que além de não constituírem riqueza, mas sim recursos, também não reduzem a “fome mundial” como pregam (REIS, 2021, p. 61). Diante de uma produção concentrada, poucos municípios revelam melhorias em seus PIBs, evidenciando um território de contradições, (des)apropriações, desigualdades e explorações.

A definição política dessa proposta de regionalização fixada então pelo acrônimo MATOPIBA foi decretada oficialmente pelo Governo Federal Brasileiro em 6 de maio de 2015, pela Lei nº. 8.447, tendo como principal disposição seu Plano de Desenvolvimento Agropecuário e a criação do seu Comitê Gestor. Contudo, a referida lei foi suprimida no ano de 2020, pelo Decreto nº 10.473 de 24 de agosto de 2020, que revogou uma série de atos normativos. Já em 2023, há o retorno do Comitê Gestor, dado o Decreto nº 11.767 de 1 de novembro, que dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Matopiba e institui seu Comitê Gestor.

Mesmo com esse movimento, o projeto MATOPIBA não deixou de existir no contexto público em nenhum momento e enquanto concretização, já que a tendência de expansão agrícola para parte dessa região persistiu motivada por fatores políticos, ainda que reafirmada por características físicas que justificam a demarcação territorial efetivada, tais como a topografia do terreno, a existência de água suficiente para o tipo de plantio e o baixo custo das terras, se comparado à outras áreas do país.

Novas ações políticas então fizeram com que o debate ressurgisse com algumas ampliações, destacando a inserção de mais 39 municípios do estado do Pará, pelo qual o novo



acrônimo ficaria definido como MAPATOPIBA⁵ e com a instituição de um Complexo Geoeconômico e Espacial, que foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados, em setembro de 2021. Ainda em tramitação, o projeto foi direcionado para análise das comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), para então seguir para o Plenário da Câmara.

Favareto et.al (2019) discorrem sobre os custos econômicos e sociais, além do custo ambiental, que aparecem mascarados por aparentes ganhos no desenvolvimento da produção em áreas do MATOPIBA, ganhos esses que seriam responsáveis pelo apoio da sociedade a esta via de desenvolvimento. A região então poderia ser vista como “um enclave de produção de commodities, com efeitos positivos espacialmente limitados e sem benefícios duradouros para o tecido social do território em seu conjunto ou mesmo de forma predominante” (FAVARETO et.al, 2019, p. 355).

Sobre essa perspectiva, pode-se trazer o que Porto-Gonçalves (2006) vê enquanto o desenvolvimento, trazendo a ideia de tirar o envolvimento, a autonomia dos povos e culturas, separando os homens da natureza e entre si. E mesmo com pouco ou nenhum envolvimento local, alguns discursos não param de ecoar diante da ideia de projetos como este, tal como apontado na lei que cria o MATOPIBA e na reformulação exposta na lei complementar. No caso do Maranhão, já se chegou à conclusão que “a expansão da soja sobre as áreas de cerrado trouxe significativas alterações nos territórios camponeses, sobretudo a partir da conversão das chapadas em campos de soja” (ALMEIDA, SODRÉ, MATTOS JÚNIOR, 2019, p. 267).

Aponta-se, contudo, que não se deve olhar somente para as áreas de plantio e colheita e sim para toda a logística envolvida nesse contexto produtivo. Por ser situada em local privilegiado em relação às distâncias continentais, São Luís (capital do Maranhão) apresenta características naturais e construídas vistas pelo empresariado como favoráveis para a implantação de grandes projetos, fato que ressoa em correntes discursos que consideram esse espaço com uma vocação industrial. Ligada ao Oceano Atlântico, uma das mais marcantes características naturais é a Baía de São Marcos, adequada para navios de grande calado. Entre as principais características construídas pode-se destacar o Complexo Portuário do Itaqui, porto exportador de minério de ferro e de escoamento da produção da soja.

⁵ Mesmo que o estado do Pará não estivesse na configuração inicial do referido projeto, este estudo o considera nas análises, sobretudo levando em consideração essa nova configuração que tem sido dada no âmbito político.



Área portuária maranhense, vizinha da área rural de São Luís, tem constante expansão e exerce grande pressão sobre esta. A pressão contemporânea de maior intensidade tem sido exercida desde o ano de 2014 por um projeto de um porto privado da TUP São Luís (antiga WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais S/A, do grupo WTorre) executado em parceria com o conglomerado *China Communications Construction Company* (CCCC), o projeto tem como *slogan* colocar o Maranhão e o Brasil na “Rota do Desenvolvimento”.

O terminal faria parte do Complexo Portuário de São Luís (CPSL) ou Complexo Portuário da Baía de São Marcos, abrindo mais um espaço para fortalecer a logística da exportação de *commodities*. Esse olhar sobre a exportação está diretamente atrelado ao aumento do produto no conjunto do MAPATOPIBA, sendo necessário apontar os dados da sua expansão recente.

A EXPANSÃO RECENTE DO MAPATOPIBA E O MARANHÃO NO CONTEXTO PRODUTIVO

No que tange à organização dos municípios, buscou-se a listagem dos territórios que integram o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA – MATOPIBA), com base no documento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento⁶, e o projeto de Lei Complementar⁷ que visa incluir o Pará na sigla.

O passo inicial para a coleta dos dados quantitativos passou pela compreensão e definição de como seria trabalhada a questão da produção nos estados do MAPATOPIBA. Definiu-se que, através do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), dever-se-ia extrair os dados dos municípios da referida região com o maior quantitativo de produção de soja por hectares na categoria de Lavouras Temporárias.

Constatou-se, portanto, que os dez municípios com maior produção de soja são os listados no quadro (1) a seguir.

⁶ BRASIL. Portaria n. 244, de 12 de novembro de 2015. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2015, seção 1, n. 217.

⁷ BRASIL. Projeto de Lei Complementar n. 246, de 2020. Institui o complexo geoeconômico e social do MATOPIBA, nos termos do art. 43 da Constituição Federal e dá outras providências.



Quadro 4. Municípios do MAPATOPIBA com maior quantitativo de produção de soja por hectares na categoria de Lavouras Temporárias.

MARANHÃO	PARÁ	TOCANTINS	PIAUI	BAHIA
Balsas	Paragominas	Campos Lindos	Baixa Grande do Ribeiro	Formosa do Rio Preto
Tasso Fragoso	Santana do Araguaia	Pedro Afonso	Uruçuí	São Desidério
Açailândia	Dom Eliseu	Peixe	Ribeiro Gonçalves	Barreiras
Alto Parnaíba	Ulianópolis	Mateiros	Bom Jesus	Correntina
Riachão	Rondon do Pará	Caseara	Santa Filomena	Luís Eduardo Magalhães
Sambaíba	Cumaru do Norte	Lagoa da Confusão	Currais	Riachão das Neves
Loreto	Redenção	Porto Nacional	Sebastião Leal	Jaborandi
São Domingos do Azeitão	Floresta do Araguaia	Santa Rosa do Tocantins	Gilbués	Cocos
Carolina	Conceição do Araguaia	Monte do Carmo	Monte Alegre do Piauí	Baianópolis
Itinga do Maranhão	Abel Figueiredo	Alvorada	Corrente	Serra do Ramalho

Fonte: Organizado pela equipe de pesquisa com base no SIDRA.

No total, os estados com maiores quantidades em área plantada no ano de 2021, em ordem crescente foram: Bahia, Tocantins, Maranhão, Piauí e Pará. Nessa configuração, todos os estados e a maioria dos municípios têm passado por uma expansão em hectares desde o ano de 2002, salvo exceções com quedas que serão aqui expostas.

Tabela 1 – Área plantada (hectares) de soja dos municípios do Maranhão com maior produção (Lavouras Temporárias)

	2002	2006	2010	2014	2018	2021
Maranhão	238.173	383.284	495.756	677.540	926.656	1.023.541
Balsas	77.619	108.100	125.928	168.274	209.081	199.054
Tasso Fragoso	62.201	84.000	104.759	146.132	180.954	197.662
Açailândia	-	-	-	5.493	36.127	62.614
Alto Parnaíba	7.057	20.000	27.563	41.948	51.945	55.658
Riachão	21.800	26.900	33.163	43.540	50.436	52.580
Sambaíba	22.022	33.287	41.234	51.604	63.882	45.230
Loreto	7.432	10.450	15.309	31.404	38.945	35.810
São Domingos do Azeitão	9.150	12.280	14.153	23.530	31.055	27.950
Carolina	3.400	8.200	12.522	35.600	25.000	27.040
Itinga do Maranhão	-	-	-	3.850	15.656	23.474

Fonte: Organizado pela equipe de pesquisa com base no SIDRA.

No caso do Maranhão (tabela 1), o município de Carolina apresenta queda em 2018 e os municípios de Sambaíba, Loreto e São Domingos do Azeitão demonstram quedas no ano de 2021.

Tabela 2- Área plantada (hectares) de soja dos municípios do Pará com maior produção (Lavouras Temporárias)

	2002	2006	2010	2014	2018	2021
Pará	2.648	72.335	85.450	243.171	557.542	753.781
Paragominas	1.120	10.000	26.600	42.000	155.000	179.600
Santana do Araguaia	-	13.525	5.500	60.000	72.000	107.000
Dom Eliseu	150	5.000	9.000	32.000	88.000	101.500
Ulianópolis	600	6.440	9.500	32.189	60.000	51.232
Rondon do Pará	-	-	420	12.000	50.000	47.000
Cumaru do Norte	-	-	-	6.000	10.252	11.668
Redenção	8	1.500	250	1.160	5.248	9.193
Floresta do Araguaia	-	1.700	500	1.250	3.200	8.166
Conceição do Araguaia	270	600	1.000	1.200	2.338	7.111
Abel Figueiredo	-	-	-	-	60	5.600

Fonte: Organizado pela equipe de pesquisa com base no SIDRA.

No estado do Pará (tabela 2), as quedas são apresentadas no ano de 2010, nos municípios Santana do Araguaia, Redenção e Floresta do Araguaia, considerando sua recente expansão frente aos demais estados.

Tabela 3 – Área plantada (hectares) de soja dos municípios do Tocantins com maior produção (Lavouras Temporárias)

	2002	2006	2010	2014	2018	2021
Tocantins	107.377	329.220	352.875	719.356	898.582	1.171.308
Campos Lindos	20.000	48.000	48.000	73.000	67.000	101.400
Pedro Afonso	30.300	43.380	25.000	16.808	17.000	74.000
Peixe	250	2.100	10.350	20.561	51.510	57.694
Mateiros	13.020	26.835	30.000	35.000	45.000	49.000
Caseara	-	-	600	11.200	31.397	48.248
Lagoa da Confusão	480	14.000	13.000	50.590	38.977	46.711
Porto Nacional	880	13.000	12.000	37.000	39.635	46.000
Santa Rosa do Tocantins	2.260	7.000	10.760	26.500	29.321	37.800
Monte do Carmo	1.500	6.500	12.000	27.000	36.143	36.500
Alvorada	1.740	4.000	7.200	28.332	27.000	32.000

Fonte: Organizado pela equipe de pesquisa com base no SIDRA.

Em Tocantins (tabela 3), as quedas também figuram no ano de 2010, para os municípios de Lagoa da Confusão e Porto Nacional, em Pedro Afonso as quedas foram em 2010 e 2014.

Tabela 4 – Área plantada (hectares) de soja dos municípios do Piauí com maior produção (Lavouras Temporárias)

	2002	2006	2010	2014	2018	2021
Piauí	86.935	232.009	343.092	626.799	711.123	832.063
Baixa Grande do Ribeiro	11.035	34.143	73.761	157.091	180.661	210.334
Uruçuí	31.416	76.695	95.592	111.407	152.316	154.895
Ribeiro Gonçalves	12.862	34.111	34.133	65.820	78.556	88.334
Bom Jesus	12.582	27.215	34.635	66.401	66.315	79.235
Santa Filomena	4.580	13.629	25.405	48.485	56.749	71.256
Currais	960	13.564	21.194	44.770	44.385	51.886
Sebastião Leal	6.640	10.650	7.907	16.521	26.714	30.995
Gilbués	1.930	6.689	13.175	37.131	28.837	29.660
Monte Alegre do Piauí	790	5.208	10.791	18.816	22.240	25.276
Corrente	400	-	1.547	10.481	18.914	19.852

Fonte: Organizado pela equipe de pesquisa com base no SIDRA.

No caso do Piauí (tabela 4), Sebastião Leal tem queda no ano de 2010 e os municípios de Bom Jesus, Gilbués e Currais apresentaram baixas em 2018.

Tabela 5 – Área plantada (hectares) de soja dos municípios da Bahia com maior produção (Lavouras Temporárias)

	2002	2006	2010	2014	2018	2021
Bahia	800.000	872.600	1.017.250	1.276.369	1.603.203	1.699.965
Formosa do Rio Preto	90.476	99.160	290.836	372.020	411.224	455.400
São Desidério	230.020	270.870	241.500	279.158	392.416	404.000
Barreiras	127.876	147.400	115.100	143.743	187.451	200.000
Correntina	80.000	103.043	101.000	131.314	177.841	198.000
Luís Eduardo Magalhães	173.692	128.470	130.900	167.322	179.540	163.100
Riachão das Neves	62.558	68.900	64.194	80.466	123.458	125.000
Jaborandi	20.000	40.557	50.000	59.092	95.313	107.900
Cocos	-	1.000	12.720	21.458	15.940	22.000
Baianópolis	15.078	10.200	7.000	17.746	14.120	14.600
Serra do Ramalho	-	2.600	2.300	2.000	525	4.000

Fonte: Organizado pela equipe de pesquisa com base no SIDRA.



Na Bahia (tabela 5), são consideradas quedas nos municípios de São Desidério, Barreiras, Correntina, Riachão das Neves, Baianópolis, no ano de 2010. Serra do Ramalho tem uma queda entre 2006 e 2018, aumentando novamente em 2021.

As observações iniciais permitem constatar que o maior número de municípios com hectares em áreas plantadas está na Bahia, uma tendência apresentada desde o ano de 2002. O que faz de Formosa do Rio Preto (BA) e São Desidério (BA), os municípios com maiores quantidades de áreas plantadas em hectares da região do MAPATOPIBA.

É importante considerar então que no ano de 2002, da relação de municípios apresentados, o estado do Piauí era o único que já apresentava área com produção de soja em todos os dez municípios, no ano de 2006 a expansão se dá na Bahia, no ano de 2010 esse crescimento se dá nos municípios do estado do Tocantins e em 2014 esse movimento ocorre no Maranhão. O Pará pode ser configurado, de fato, com uma expansão mais recente, em que todos os municípios listados somente são ocupados pelo plantio da soja em 2018. Essa característica configura, portanto, a tendência de ocupação territorial pela soja nos municípios, que em ordem seriam: Piauí, Bahia, Tocantins, Maranhão e Pará.

Por conseguinte, sabe-se que alguns territórios do sul do estado do Pará passaram a ser utilizados para a produção de soja, retraindo as atividades relacionadas à pecuária que, por sua vez, representavam a principal fonte econômica da região.

Outrossim, as etapas da coleta de dados da presente pesquisa encontram-se em continuidade, tendo como plataforma para banco de dados a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Nesta abordagem, o recorte histórico tem considerado somente os anos de 2006, 2010, 2014, 2018 e 2021⁸. As categorias elencadas e aqui selecionadas estão divididas em grupos, pelos quais analisam-se os grandes setores da economia e as principais lavouras (por classes), sendo considerados os números de estabelecimentos e de vínculos ativos.

Nesse contexto, alguns dados referentes ao estado do Maranhão já podem ser constatados:

Na análise do número de estabelecimentos por grande setor (tabela 6) de 2002 a 2021, é possível notar que, mesmo havendo queda em alguns anos, todos os setores cresceram, em todos os municípios, destacando-se os setores de serviços e comércio como os que possuem os maiores números de estabelecimentos. A única exceção é o município de Sambaíba, no setor

⁸ Devido à indisponibilidade de dados para o ano de 2002, com a mesma caracterização de variáveis dos demais anos, decidiu-se eleger as coletas a partir de 2006 que possuem informações registradas na RAIS que permitirão comparações entre os estados. Considerou-se, também, a indisponibilidade atual de dados para o ano de 2022, sendo substituído por 2021.



de serviços, que aparece com uma queda no período analisado. Entretanto, a indústria e a construção civil apresentaram um crescimento muito menor, em relação aos demais setores. Os municípios de Balsas e Açailândia se destacaram em todos os setores como primeiro e segundo maiores quantitativos de estabelecimentos, respectivamente.

No geral, os setores com menores números de estabelecimentos são os de construção civil e indústria, respectivamente. Destacam-se os municípios de Sambaíba, São Domingos do Azeitão e Loreto como os com menores números de todos os setores. Esses dados permitem notar a grande disparidade entre os municípios analisados, em termos quantitativos relacionados ao número de estabelecimentos que atuam nos setores econômicos.

Quando o olhar se direciona ao estado do Maranhão, quanto à evolução do número de estabelecimentos do grande setor, dos anos de 2002 a 2021, é possível notar que mesmo havendo queda em alguns anos, todos os setores cresceram, em todos os municípios, destacando-se os setores de serviços e comércio como os que possuem os maiores números de estabelecimentos. A única exceção é o município de Sambaíba, no setor de serviços, que aparece com uma queda no período analisado.

Tabela 6 - Evolução da distribuição do número de estabelecimentos no Território MA – por grande setor, 2002-2021

Município	1 – Indústria					2 – Construção Civil					3 – Comércio					4 – Serviços					5 – Agropecuária									
	2002	2006	2010	2014	2018	2002	2006	2010	2014	2018	2002	2006	2010	2014	2018	2002	2006	2010	2014	2018	2002	2006	2010	2014	2018	2002	2006	2010	2014	2018
Açailândia	76	100	98	111	101	96	2	14	37	79	64	63	26	34	46	60	56	53	17	20	24	38	37	38	0	64	28	28	30	26
Alto Parnaíba	2	2	1	1	0	2	0	0	1	4	1	1	1	9	16	29	38	55	6	10	10	11	16	19	5	10	22	23	34	40
Balsas	36	57	73	116	106	15	7	23	17	44	73	86	10	26	42	60	79	87	96	12	18	30	49	55	66	11	16	24	30	31
Carolina	8	13	12	10	12	12	2	3	3	3	3	2	44	54	72	92	10	94	28	31	49	65	77	68	7	24	36	41	42	39
Itinga do MA	15	23	21	19	20	10	0	1	3	4	6	6	33	68	83	99	10	10	20	18	25	35	34	45	6	51	53	51	54	57
Loreto	1	2	0	2	1	2	0	0	0	1	2	2	4	8	18	33	38	37	6	4	6	8	9	10	7	12	22	30	27	35
Riachão	4	6	4	6	7	7	1	0	1	0	2	1	18	27	46	54	62	68	8	10	11	16	18	28	28	36	41	50	54	65
Sambaíba	1	2	3	3	3	1	0	1	0	0	1	3	1	2	5	5	11	16	6	4	3	6	5	3	13	23	20	21	27	37
S. D. do Azeitão	1	2	0	1	1	1	0	1	1	2	2	1	2	7	10	19	19	25	9	5	2	5	7	11	0	9	5	7	15	22
Tasso Fragoso	1	0	0	1	4	3	3	0	1	0	2	3	1	2	10	27	28	32	6	6	10	12	15	18	21	28	28	33	36	47
Total	145	207	212	270	252	291	31	37	91	166	199	63	94	132	175	184	193	384	477	667	104	111	122	264	336	676	756	867	860	880

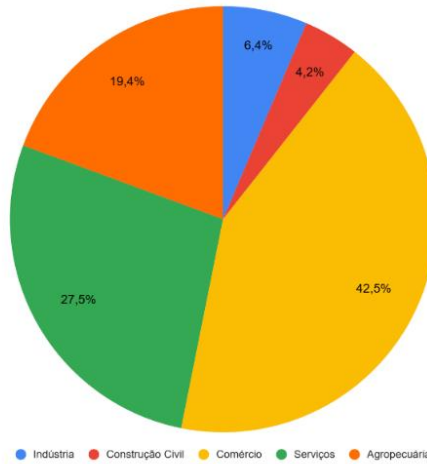
Fonte: RAIS

O foco no ano de 2021 demonstra em termos percentuais a ocupação dos setores, evidenciando a grande concentração dos setores de comércio e serviços, como apontado na evolução. Não se pode, contudo, desprezar o quantitativo do setor agropecuário, sobretudo considerando seu expressivo crescimento ao longo dos anos.



Assim, em 2021, enquanto havia 291 estabelecimentos industriais no território (6,4%), o comércio detinha 1.932 (42,5%) e o serviços 1.248 (27,5%); a agricultura detinha 880 estabelecimentos, o que representa 19,4% dos estabelecimentos e o setor de construção civil 191 estabelecimentos (4,2%).

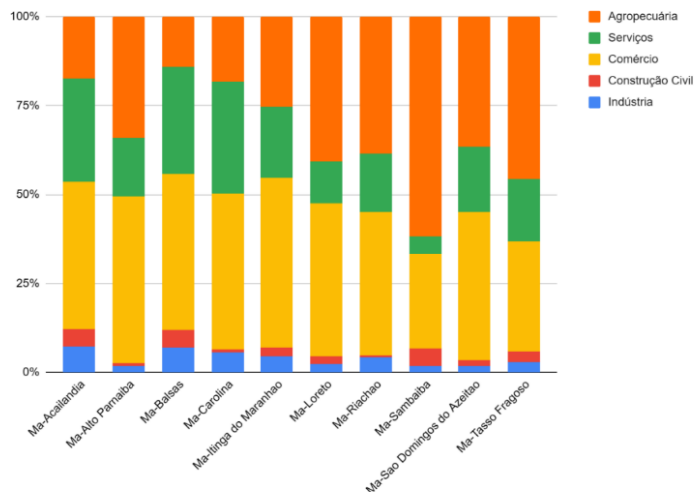
Gráfico 1: Estabelecimentos por setor em 2021 - Maranhão



Fonte: RAIS

É a partir desse olhar que o gráfico 2 consegue evidenciar que para o ano de 2021, os municípios que demonstram menores ocupações em outros setores, têm concentrado seu crescimento no setor da agropecuária, a citar: Sambaíba, Tasso Fragoso, Loreto, Riachão e São Domingos do Azeitão. Sambaíba configura-se, portanto, como o município onde a agropecuária possui o maior peso no número de estabelecimentos; os menores estão em Balsas e Carolina.

Gráfico 2: Número de Estabelecimentos - por grande setor nos municípios do MA – 2021

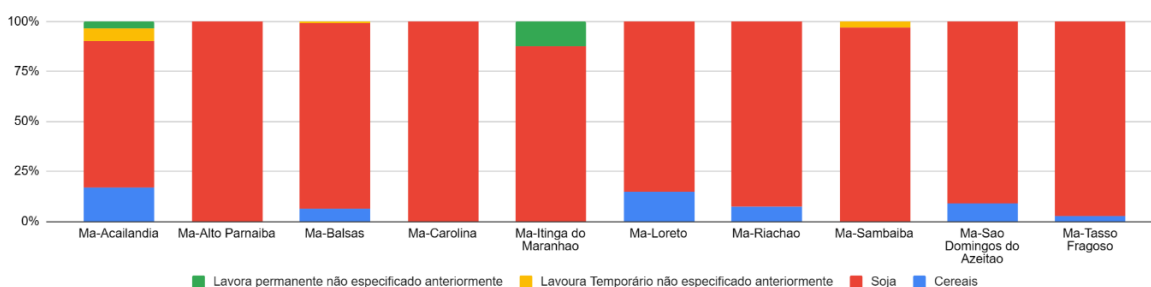


Fonte: RAIS



Em que pese os dados apresentados, quando o olhar é direcionado para o número de estabelecimentos destinados à agricultura, evidenciam-se grandes concentrações de plantios dedicados às lavouras de soja, demonstrando uma especialização desse setor. Em alguns municípios analisados a única lavoura registrada foi a soja, caso de Carolina e Alto Parnaíba. Em cinco municípios, a soja divide lugar com os cereais – este com pouca expressão - (Balsas, Loreto, Riachão, São Domingos do Azeitão e Tasso Fragoso), somente em três municípios outras lavouras aparecem (Açailândia, Itinga do Maranhão e Sambaíba).

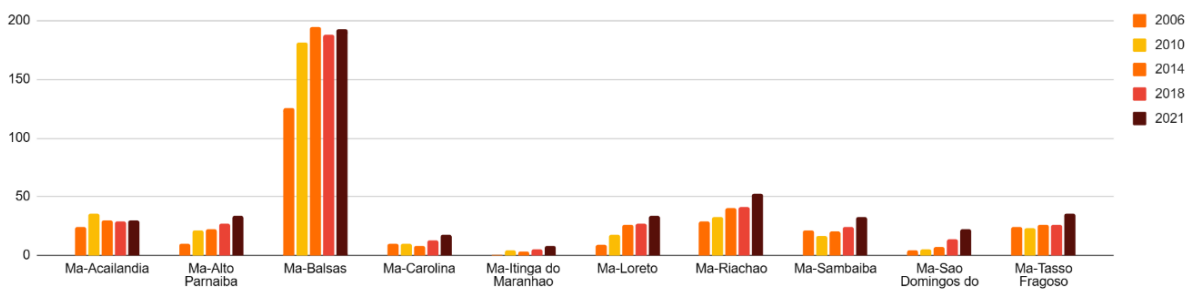
Gráfico 3 - Principais lavouras no Território MA, por número de estabelecimento – 2021



Fonte: RAIS

No geral, o gráfico 4 aponta que a lavoura de soja apresenta crescimento do número de estabelecimentos em todos os municípios, com um grande destaque para Balsas em termos produtivos. No total, a evolução do número de estabelecimento com lavoura soja no território analisado passa de 258 estabelecimentos no ano de 2006 para 461 estabelecimentos no ano de 2021.

Gráfico 4 - Evolução do número de estabelecimentos com lavoura de soja, no território MA



Fonte: RAIS

De modo geral, há uma tendência da substituição produtiva de outros tipos de lavouras pela lavoura da soja, o que vai indicando a transformação espacial voltada à uma especialização produtiva na área analisada. Dados esses que estão sendo explorados junto aos dos vínculos ativos de empregos formais.

Diante de uma produção concentrada, poucos municípios revelam melhorias em seus índices socioeconômicos, evidenciando um território de contradições, (des)apropriações, desigualdades e explorações. “Num extremo as explorações agroindustriais, muitas vezes depende do mercado mundial e apoiadas direta ou indiretamente nos capitais internacionais; noutro extremo, as pequenas explorações que funcionam na base do trabalho humano e de um capital variável fraco” (SANTOS, 2011, p. 143).

Há questionamentos, portanto, quanto ao desenvolvimento desses processos nos territórios. Eles fazem parte do interesse territorial local? Há uma aceitação da população quanto ao crescimento desse setor econômico vinculado à especialização produtiva da soja? Problemas dessa ordem fazem parte das notícias da grande mídia? Partindo dessas questões, este artigo buscou pesquisar e elucidar fatos jornalísticos recentes quanto à expansão da soja no estado do Maranhão, para além do interesse produtivo.

O QUE A MÍDIA NOS REVELA?

O material Conflitos no campo do Brasil, produzido pela CPT (CPT, 2023) noticia que o Maranhão é o terceiro estado com o maior número de conflitos agrários no país. No quadro com o total de conflitos no campo, o estado registrou no ano de 2022, 178 conflitos por terra. Dentre esses conflitos encontram-se envolvidos a maior parte dos municípios aqui trabalhados (os dez maiores em produção de soja do estado), a citar: Balsas, Açailândia, Riachão, Sambaíba, Loreto, São Domingos do Azeitão e Itinga do Maranhão. Muitos desses conflitos envolvem várias famílias e comunidades. Algo que chama atenção é o número de conflitos em Balsas, fato que parece proporcional à posição de destaque quanto às áreas de plantio da sojicultura.

No dia 16 de outubro de 2020, o Jornal Le Monde Diplomatique⁹ registrou uma notícia sobre despejo e violência na comunidade Bom Acerto em Balsas. Dados da notícia apontam que a comunidade foi constituída há mais de cinco décadas e lá, além da residência fixa, os camponeses realizavam diversos cultivos, como mandioca, milho, arroz, feijão, manga, caju, além da criação de galinhas e patos.

⁹ Disponível em: [Despejo e violência contra a comunidade Bom Acerto \(diplomatie.org.br\)](https://diplomatie.org.br). Acesso em: 23 set. 2023.

Assim, em 11 de agosto de 2020, os moradores teriam sido surpreendidos pela presença de policiais armados, oficial de justiça, seguranças armados e tratores, que derrubaram todas as casas e destruíram as roças da comunidade, em meio à pandemia. Alguns dos moradores foram colocados dentro de um caminhão, junto com seus poucos bens, visto que muitos objetos foram destruídos e posteriormente levados para um ferro velho na cidade de Balsas. O despejo foi fruto de uma decisão judicial proferida por um magistrado estadual da 2ª Vara da Comarca de Balsas, que concedeu uma liminar de imissão na posse em favor de um latifundiário, filho de ex-prefeito desta cidade.

Com situação semelhante, a comunidade Gado Bravinho (também em Balsas) vivencia inúmeros conflitos há mais de 10 anos. No dia 10 de março de 2023 o site do G1¹⁰ noticiou que o MPF deu um parecer favorável às famílias que aguardam a posse definitiva no projeto de assentamento Gado Bravinho. O órgão também fez uma recomendação para que o Incra inicie, imediatamente, o trabalho de georreferenciamento para entregar os lotes às pessoas que vivem no local.

Dados da Fiocruz¹¹ demonstram que os problemas estão, também, no fato de famílias de pequenos agricultores serem confinadas pelas grandes fazendas de soja e a exposição aos defensivos agrícolas da monocultura. Segundo a notícia, em denúncia do Fórum Carajás e a Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar (Fian), em 2003, um fazendeiro foi acusado de usar um avião para pulverizar as lavouras, o que ocasionou episódios de vômitos, dores de cabeça e irritação nos olhos dos moradores. A morte de duas crianças da comunidade de Brejão, em Loreto, ocorreu na semana subsequente ao da pulverização acima relatada, por provável intoxicação por agrotóxicos.

Ainda no Maranhão e fora dos municípios listados, existem relatos de lutas e conflitos que podem ser dados como parte do processo do avanço da monocultura em direção a outros territórios, como: Quilombo de Frechal na microrregião Baixada Ocidental Maranhense; Fazenda Pedreira na microrregião de Gerais de Balsas; Projeto de Assentamento Sobradinho na microrregião dos Lençóis Maranhenses; Projeto de Assentamento Nascente Rio dos Boi na microrregião de Pindaré; Comunidade Ingá na microrregião de Chapadinha; Valença/Carrancas

¹⁰ Disponível em: [MPF dá parecer favorável para garantir posse a famílias ameaçadas de perder suas terras em Balsas | Maranhão | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/ma/noticia/2023/09/23/mpf-da-parecer-favoravel-para-garantir-posse-a-familias-ameaçadas-de-perder-suas-terras-em-balsas-maranhao-g1-globo.com). Acesso em: 23 set. 2023.

¹¹ Disponível em: [MA - Pequenos agricultores do Maranhão lutam contra monocultura da soja, migração e deterioração ambiental, da saúde e do trabalho - Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil \(fiocruz.br\)](https://www.fiocruz.br/pt-br/publicacoes/ma-pequenos-agricultores-do-maranhao-lutam-contr-monocultura-da-soja-migracao-e-deterioracao-ambiental-da-saude-e-do-trabalho-mapadeconflitosenvolvendo-injustica-ambiental-e-saude-no-brasil-fiocruz.br). Acesso em: 23 set. 2023.

na microrregião de Chapadinha; Brejão na microrregião de Chapadinha; Parque Estadual do Mirador na microrregião das Chapadas do Alto Itaipuru.

Nota-se, contudo, que apesar dos elevados números de conflitos e formação de resistência das comunidades em relação à introdução da produção da soja em seus territórios, tais notícias não chegam ao público com a mesma facilidade ou frequência que notícias sobre a produtividade e a expansão do setor. Com exceção dos conflitos no município de Balsas, os conflitos existentes nos demais municípios parecem não existir quando se trata da publicização pelas mídias hegemônicas, fazendo transparecer que a soja é amplamente aceita por todos os atores sociais locais e que com ela ocorrerá o desenvolvimento local tanto aguardado como solução para aqueles territórios.

O caso em estudo revela a existência de diferentes vertentes representadas por três atores principais: o Estado, os grandes empreendimentos e as comunidades tradicionais, tendo a soja como um dos elementos de composição dessa lógica de mercado de *commodities*. Como parte desse processo produtivo, para além dos territórios de plantio, a região que engloba a zona rural de São Luís tem evidenciado um histórico de intensos conflitos, com constantes ameaças de retiradas de comunidades de suas terras, para que se abram mais espaços para a o capital e a lógica de produção brasileira, com a tentativa de abertura de mais um porto voltado às atividades de exportação.

Esse fator acabou impulsionando uma solicitação já antiga, por parte das comunidades, de uma Reserva Extrativista (conhecida como Resex de Tauá Mirim) que representa as intenções de resguardar territórios tradicionalmente estabelecidos, considerando a manutenção dos modos de vida e da biodiversidade local. A luta pela criação da Resex de Tauá Mirim já dura quase vinte anos. No ano de 1996, houve reuniões periódicas das comunidades que após vários debates e reuniões resolvem, somente no ano de 2003, fazer uma solicitação formal, seguindo todas as exigências da do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC, Lei nº 9.985/ 2000).

Tanto tempo se passou e sem a definição pelas instâncias formais, as comunidades chegaram à conclusão de que não poderiam mais ficar esperando os gestores de institucionalização territorial e decidiram decretar a Reserva Extrativista, criando seu Conselho Gestor (elemento previsto no processo legal de criação de Unidades de Conservação conforme Sistema Nacional de Unidade de Conservação), demonstrando uma gestão composta por autonomia, autodeterminação e tentativa de combater a vulnerabilidade e “invisibilidade”, configurando um significativo meio de resistência, mesmo sem o reconhecimento do Estado,

demonstrando que há a formação de um bloco coletivo que atua frente às alterações e impactos socioambientais que vão surgindo no decorrer do processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma retomada ao objetivo geral deste trabalho permite considerar que, longe de apresentar resultados conclusivos sobre a expansão da soja no MAPATOPIBA, é possível apontar que os dados obtidos demonstram que a tentativa de inserção do Pará na proposta política de definição dessa região é um elemento já operacional no estado, uma vez que existe um processo recente de inserção produtiva da soja nos municípios listados, no setor agropecuário.

A breve análise de algumas categorias consideradas com um olhar direcionado para o Maranhão, demonstra que o crescimento de estabelecimentos em todos os setores produtivos, geralmente, apresenta grande concentração nos municípios de Balsas e Açailândia. Contudo, é significativo apontar que a agropecuária tem ganhado papel de destaque em alguns outros municípios, sendo, inclusive, o setor com maior representatividade de estabelecimentos em certos territórios, como o caso de Sambaíba.

A especialização produtiva do setor da agropecuária no plantio de soja é algo notório, caracterizando um enfraquecimento da variedade de produtos que podem ser encontrados nos municípios analisados, levando à tendência de substituição de lavouras. Em que pese a questão da expansão produtiva, destaca-se que o avanço da soja tem caminhado para municípios com potencial para o amplo desenvolvimento de outra atividade econômica, exemplo dos municípios de Riachão e Carolina que possuem paisagens naturais com grandes possibilidades de exploração para o setor turístico.

Algo que também se evidencia é que a monoculturização dos espaços e as consequências que ela traz, ocasiona conflitos socioambientais nos territórios analisados, mesmo que o olhar da mídia hegemônica seja direcionado para a capacidade e para o crescimento produtivo da sojicultura e não em torno do que esse produto representa para a comunidade diretamente vinculada a ele, por ocupação territorial. O estado do Maranhão, por sua vez, assiste à emergência de variados e constantes conflitos dessa ordem, que também se manifestam enquanto resistência, dada a falta de reconhecimento e/ou ineficiência do poder público.

Como esboçado, os espaços destinados ao plantio não são os únicos que devem ser analisados, considerando-se toda a cadeia produtiva e de comercialização é necessário perceber quais os impactos e alterações socioambientais o fortalecimento do mercado de *commodities*

traz para todas as escalas geográficas envolvidas nessa lógica de produção voltada ao atendimento do mercado externo e crescimento da economia brasileira.

É diante dessa perspectiva que a ideia do projeto de pesquisa¹² base para esse artigo traz questionamentos como: a) Nas principais cidades envolvidas no projeto de regionalização há alterações nos indicadores socioeconômicos?; b) Os territórios envolvidos passam por (re)configurações vinculadas à dependência ao agronegócio?; c) O projeto MAPATOPIBA pode ser considerado um projeto de desenvolvimento?. Assim, apesar de estudos recorrentes na linha dessa temática, acredita-se que ainda cabem uma série de questionamentos para a compreensão desse projeto que ganha cada vez maior expansão em território nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. G.; SODRÉ, R. B.; MATTOS JUNIOR, J. S. de. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BRASIL. Decreto Federal nº 8. 447, de 6 de maio de 2015. ed. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8447.htm. Acesso em: 08 de agosto de 2022.

_____. Decreto Federal nº 10.473, de 24 de agosto de 2020. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 ago. 2020.

_____. Decreto Federal nº 11.767, de 1 de novembro de 2023. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 nov. 2023.

CABRAL, DIOGO DINIZ RIBEIRO (org.). **Conflitos e Lutas dos Trabalhadores Rurais no Maranhão ano 2021**. São José de Ribamar - MA: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão- FETAEMA, 2022.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2022**/ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT, 2023.

ELIAS, D. Construindo a noção de região produtiva do agronegócio. In: OLIVEIRA, H. C. M. de; CALIXTO, M. J. M. S.; SOARES, B. R. (Org.). **Cidades médias e região**. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 19-56.

FAVARETO, A.; NAKAGAWA, L.; KLEEB, S.; SEIFER, P.; PÓ, M. **Entre chapadas e baixões do Matopiba**: dinâmica territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

¹² Ver nota de rodapé 1.



LIMA GONZAGA, Cíntia. **O discurso político da gênese do MATOPIBA**: análise da atuação parlamentar. 2020. 94p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

REIS, Simony Lopes da Silva. **Entre práticas e representações**: tensões territoriais nos cerrados do centro norte brasileiro a partir do oeste de Bahia. 2021. 326p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**: Críticas e Alternativas. – 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.